

Monitor **ODS Pará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor **ODSPará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025

Afuá



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

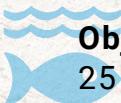
**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Afuá x RI Marajó x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Afuá x RI Marajó x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Afuá x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Afuá x RI Marajó x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Afuá x RI Marajó x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Afuá x RI Marajó x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Afuá x RI Marajó x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Afuá x RI Marajó x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Afuá x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Afuá x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Afuá x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Afuá x RI Marajó x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Afuá x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Afuá x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Afuá x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Afuá x RI Marajó x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Afuá x RI Marajó x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Afuá x RI Marajó x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Afuá x RI Marajó x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Afuá x RI Marajó x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Afuá x RI Marajó x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Afuá x RI Marajó x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Afuá x RI Marajó x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Afuá x RI Marajó x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Afuá x RI Marajó x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Afuá x RI Marajó x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Afuá x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Afuá x RI Marajó x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Afuá x RI Marajó x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Afuá x RI Marajó x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Afuá x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Afuá x RI Marajó x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores – governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas – e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do Observatório ODS-FAPESPA, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconómicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de Afuá (PA).



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

Entre 2019 e 2023, a taxa de pobreza em Afuá manteve-se em patamar elevado, oscilando entre 76,9% (2019) e 77,4% (2023), com uma leve queda em 2022 (72,9%). Isso indica que cerca de 3 a cada 4 habitantes do município estavam em situação de pobreza ao longo de todo o período analisado. A Região de Integração (RI) Marajó, da qual Afuá faz parte, apresentou comportamento semelhante, variando de 68,5% em 2019 para 68,2% em 2023, com pico em 2022 (73,3%). A diferença entre Afuá e sua RI manteve-se em torno de 7 a 9 pontos percentuais, evidenciando que Afuá figura entre os municípi-

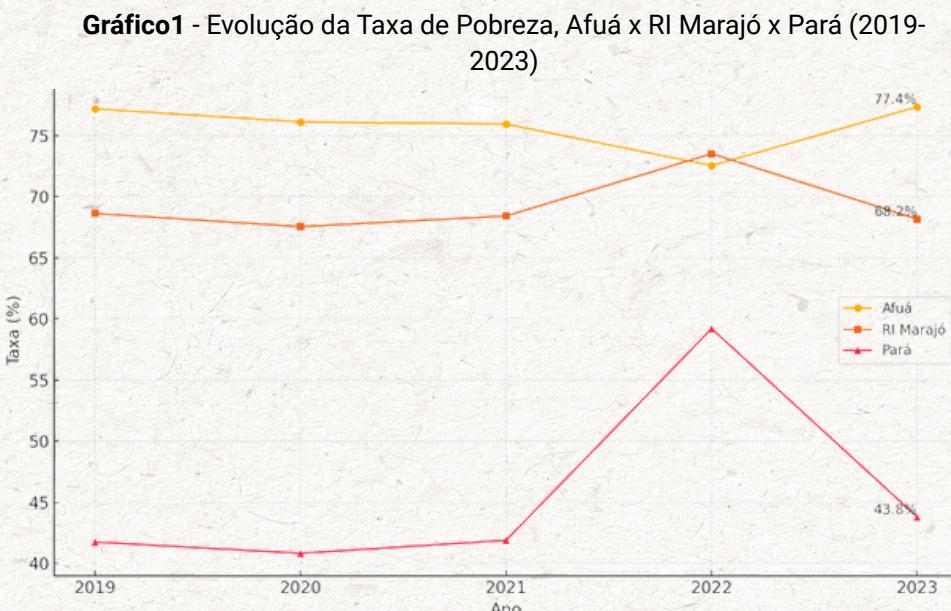
os mais vulneráveis mesmo dentro de uma região já fragilizada (Gráfico 1).

No contexto estadual, o Pará apresentou um comportamento mais volátil. A taxa caiu de 41,5% em 2019 para 40,5% em 2020, subiu para 59,2% em 2022 e fechou em 43,8% em 2023. O salto em 2022 pode indicar uma conjuntura adversa pontual, como impactos de crises econômicas e sanitárias. Ainda assim, a taxa no estado é significativamente inferior à de Afuá, que registrou em 2023 um valor 33,6 pontos percentuais acima da média estadual. Essa discrepância reforça a necessidade de políticas públicas focalizadas no





município para enfrentar a pobreza estrutural de forma mais incisiva e eficaz (Gráfico 1).



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 77,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

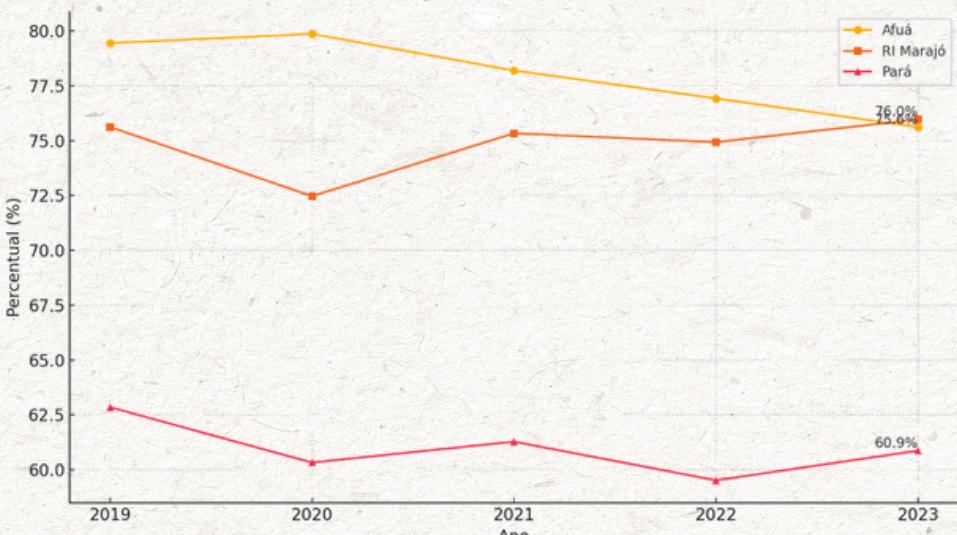
Despesas Públicas com Serviços essenciais

Afuá apresentou valores relativamente altos de alocação de despesas públicas em serviços essenciais, com leve tendência de queda ao longo dos anos. Em 2019, o percentual era de 79,6%, alcançando o pico em 2020 com 79,9%. A partir de então, houve redução gradual, chegando a 76,0% em 2023. Apesar dessa queda, os níveis permanecem elevados, indicando certa estabilidade no compromisso do município com áreas fundamentais como saúde, educação e assistência social. A consistência nos valores sugere prioridade orçamentária, mesmo diante de possíveis restrições fiscais (Gráfico 2).

Na Região de Integração Marajó, a variação foi mais acentuada, com 75,5% em 2019, queda para 72,4% em 2020 e retomada para 75,8% em 2023. No Pará, os percentuais foram bem inferiores: partindo de 62,7% em 2019 e encerrando 2023 com 60,9%, após atingir o menor nível em 2022 (59,2%). Isso evidencia uma diferença expressiva de mais de 15 pontos percentuais entre Afuá e a média estadual em 2023, sugerindo que, apesar das condições sociais críticas, o município mantém um padrão relativamente elevado de investimento em serviços essenciais – o que pode ser uma resposta direta às suas vulnerabilidades estruturais (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Afuá x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.



Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

Em Afuá, a prevalência de crianças com baixo peso ao nascer apresentou tendência de crescimento entre 2019 e 2022, partindo de 8,5% em 2019 para atingir 9,8% em 2022. No ano de 2020 houve uma queda para 7,8%, mas o indicador voltou a crescer nos anos seguintes, chegando a 10% em 2023. Esse comportamento revela um agravamento no indicador de saúde materno-infantil, com aumento de 1,1 ponto percentual entre o início e o fim da série. A alta pode estar relacionada a condições precárias de saúde e nutrição da população local. Em 2023, Afuá apresentou o maior índice entre os três níveis observados, superando

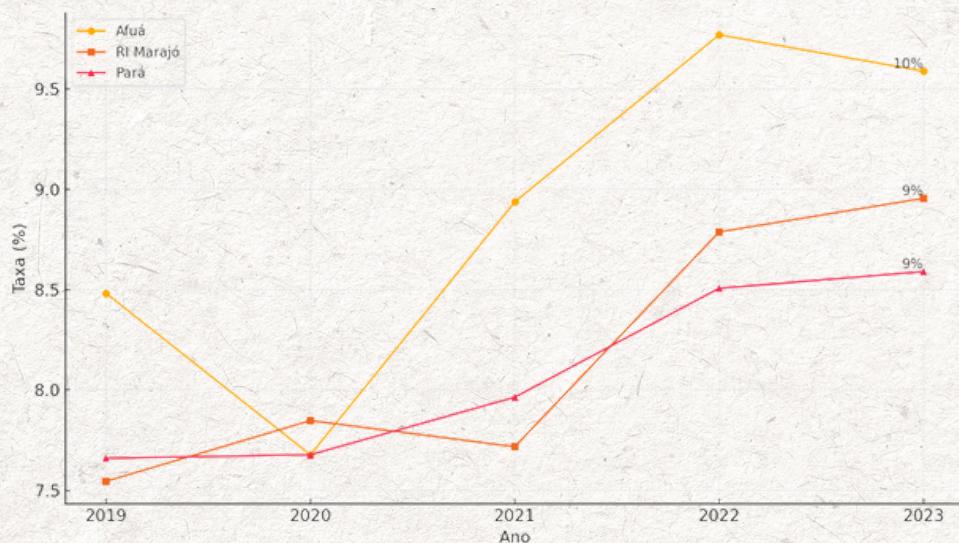
a média estadual e regional. A persistência de valores elevados indica desafios na atenção básica à gestante e ao recém-nascido (Gráfico 3).

Na Região de Integração Marajó, o indicador subiu de 7,5% em 2019 para 9,0% em 2023, apresentando crescimento contínuo, salvo uma leve oscilação em 2021 (7,7%). Já no estado do Pará, a trajetória também foi de alta, passando de 7,7% para 9,0% no mesmo período. Apesar disso, tanto a RI quanto o estado apresentaram valores mais baixos do que Afuá em todos os anos analisados. Em 2023, a diferença entre Afuá e a RI foi de 0,6 p.p., e de 0,6 p.p em re-

lação ao estado. Essa persistência de disparidades regionais sugere que, embora o problema seja generalizado, ele assume dimensões mais graves em Afuá, exigindo maior atenção das políticas públicas de saúde e assistência nutricional (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Afuá x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 10%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

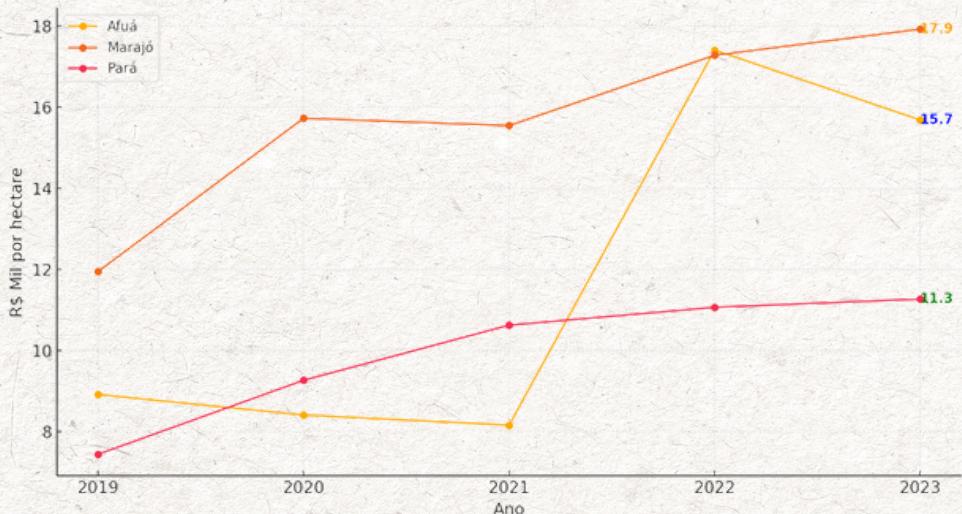


Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

A produtividade agrícola em Afuá manteve-se praticamente estagnada entre 2019 (R\$ 8,9 mil/hectare) e 2021 (R\$ 8,2 mil/hectare), mas apresentou uma alta expressiva em 2022, alcançando R\$ 17,2 mil/hectare, seguida por leve recuo para R\$ 15,7 mil/hectare em 2023. Esse salto de mais de 100% entre 2021 e 2022 pode ser atribuído a intervenções produtivas específicas ou fatores climáticos favoráveis, que impulsionaram os resultados. Ainda que tenha ocorrido uma leve queda em 2023, os níveis atuais são consideravelmente superiores aos do início da série. Essa virada na produtividade reflete uma possível reorganização produtiva ou introdução de tecnologias ou políticas de incentivo agrícola no município (Gráfico 4).

Na Região de Integração Marajó, a produtividade partiu de R\$ 12,0 mil/hectare em 2019, subiu para R\$ 15,7 mil em 2020 e alcançou R\$ 17,9 mil em 2023, evidenciando um crescimento sustentado ao longo do período. O Pará também apresentou evolução positiva, embora em patamares mais modestos, saindo de R\$ 7,4 mil/hectare em 2019 para R\$ 11,3 mil/hectare em 2023. A recuperação do desempenho de Afuá fez com que o município ultrapassasse a média estadual já em 2022 e se aproximasse da média da RI em 2023. Esse avanço é um ponto de destaque entre os indicadores analisados, revelando que, apesar da alta vulnerabilidade social, a produtividade agrícola tem sido um fator positivo para a economia local (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Afuá x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 15,7 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

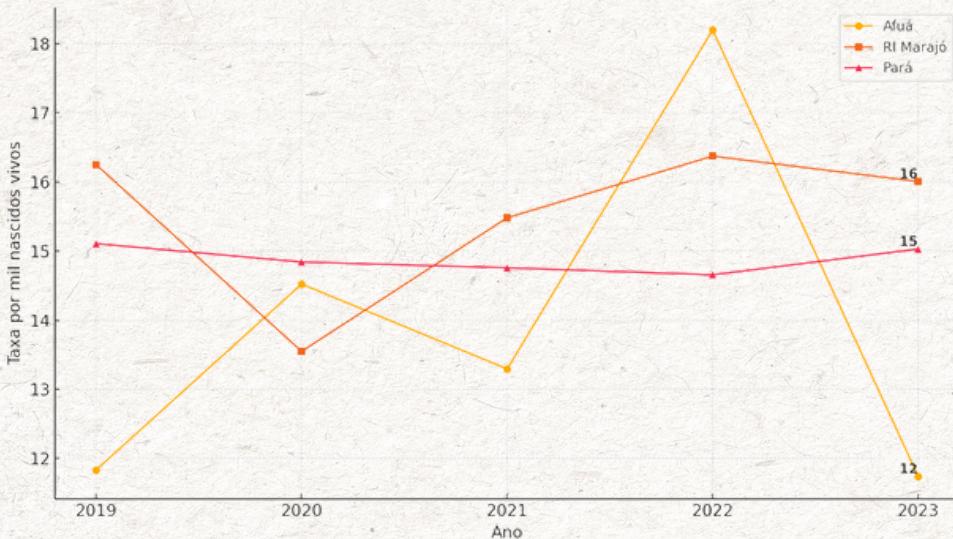
Em Afuá, a taxa iniciou em 11,8 por mil nascidos vivos em 2019, subindo para 14,6 em 2020. Após queda em 2021 (13,3), houve um pico expressivo em 2022, atingindo 18,2, antes de despencar para 12,0 em 2023, encerrando o ciclo com redução em relação a 2019. Na RI do Marajó, o indicador teve comportamento mais estável: caiu de 16,2 (2019) para 13,6 (2020), depois oscilou entre 15,5 (2021), 16,4 (2022) e 16,0 (2023), ainda acima do valor estadual (Gráfico 5).

No Pará, a taxa variou levemente entre 15,1 em 2019 e 15,0 em 2023, com mínimas oscilações anuais: 14,8 em 2020 e 2021, e 14,7 em 2022. Essa estabilidade contrasta com a volatilidade observada em Afuá, o que pode indicar desigualdade na qualidade da atenção à saúde neonatal em regiões mais isoladas. Apesar da queda final em Afuá, a oscilação acentuada em 2022 evidencia a necessidade de medidas estruturais mais consistentes (Gráfico 5).





Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Afuá x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 12 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

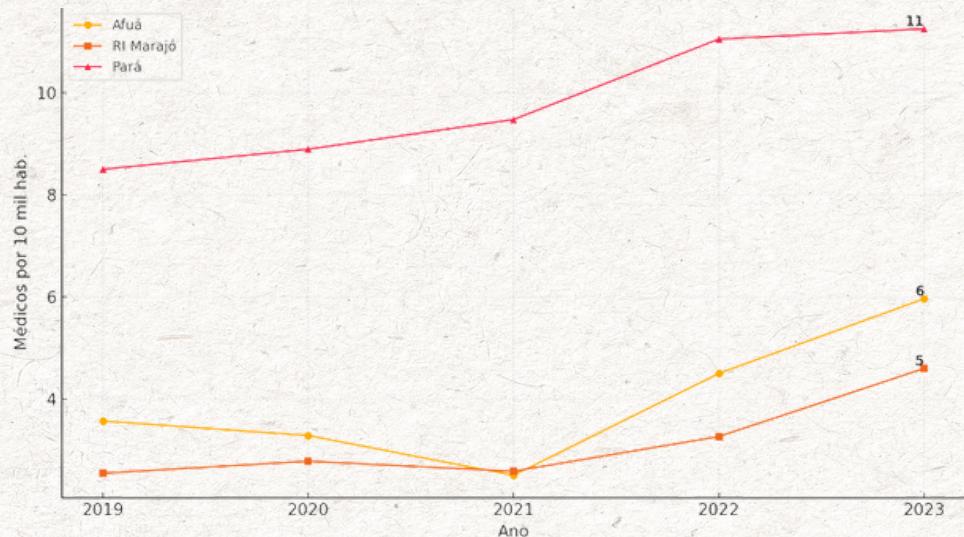
Número de Médicos por 10 mil habitantes

O município de Afuá apresentou melhora significativa na presença médica entre 2019 e 2023. O número caiu de 3,6 (2019) para 2,6 (2021), mas reverteu o quadro, atingindo 4,5 em 2022 e encerrando com 6,0 médicos por 10 mil habitantes em 2023 um crescimento de 66,6% desde o início do período. A RI do Marajó partiu de 2,5 em 2019 e subiu gradualmente até 5,0 em 2023, com aumento mais consistente a partir de 2021 (Gráfico 6).

Já o estado do Pará apresentou tendência contínua de crescimento, saindo de 8,5 médicos por 10 mil habitantes em 2019 para 11,0 em 2023, mantendo-se sempre em patamar superior. A evolução positiva nas três esferas é um bom sinal, embora Afuá e RI ainda estejam abaixo da média estadual. A ampliação de cobertura médica na região deve estar associada a políticas de interiorização da saúde e contratação via programas federais ou estaduais (Gráfico 6).



Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Afuá x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 6 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

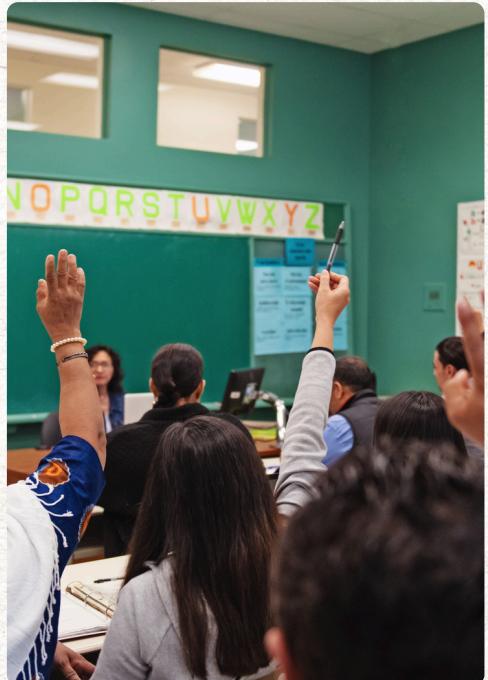
Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

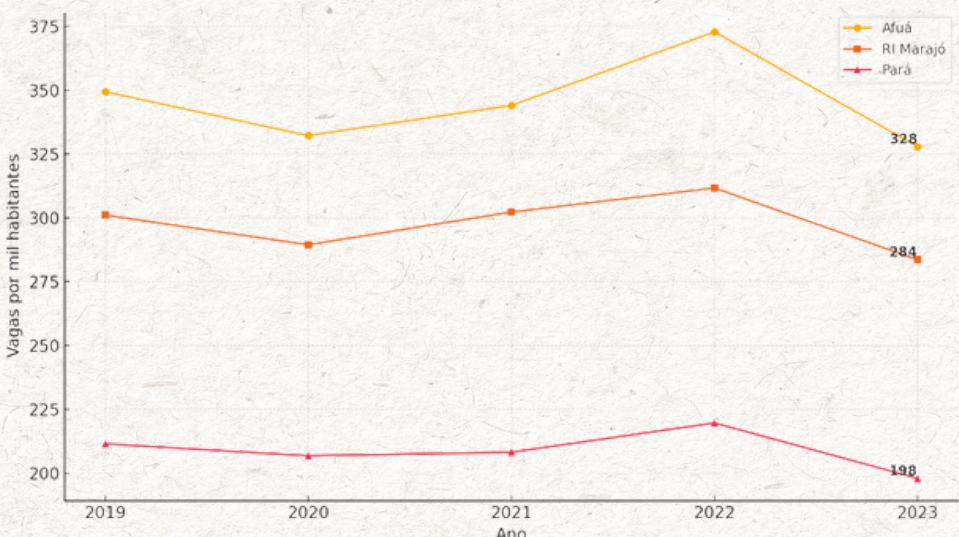
Em Afuá, o número de vagas por mil habitantes era de 350 em 2019, caindo para 332 em 2020. Em seguida, houve leve recuperação até atingir o pico de 373 em 2022, mas voltou a cair em 2023 para 328, fechando o período abaixo do valor inicial. A RI do Marajó seguiu trajetória semelhante, com 301 vagas em 2019, queda para 289 em 2020, pico de 312 em 2022 e retorno a 284 em 2023 (Gráfico 7).

O estado do Pará registrou comportamento mais estável, com pequena queda de 213 vagas em 2019 para 198 em 2023. As flutuações no número de vagas refletem variações populacionais, reorganização de redes escolares ou mudanças no financiamento. A redução geral em 2023 nas três esferas sugere uma possível retração nos investimentos educacionais ou ajustes estruturais após o período pandêmico (Gráfico 7).





**Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes,
Afuá x RI Marajó x Pará (2019-2023)**



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 328 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

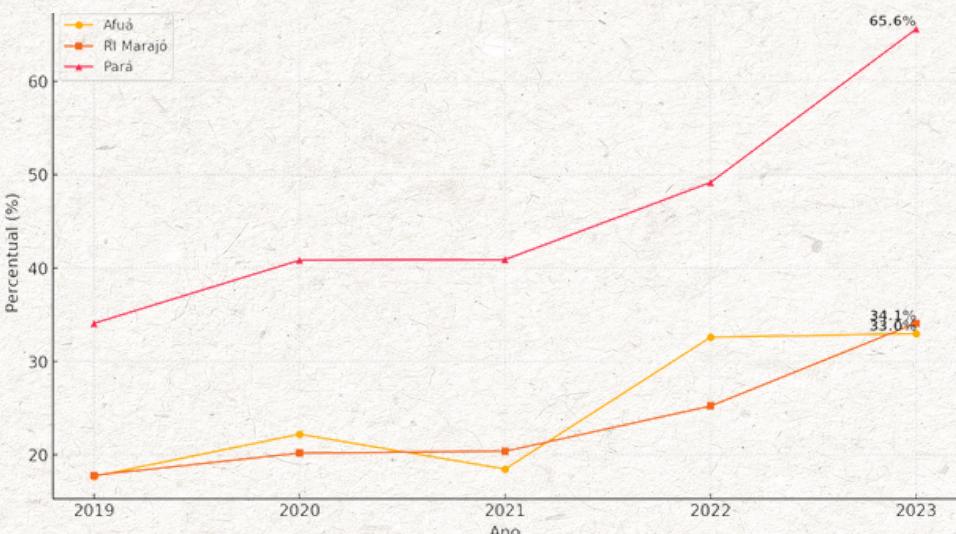
Percentual de Escolas com Acesso à Internet

Afuá iniciou o período com 18,0% das escolas conectadas em 2019, subiu para 22,0% em 2020, caiu levemente em 2021 (18,0%) e apresentou salto para 32,8% em 2022, atingindo 33% em 2023. A RI do Marajó também apresentou crescimento, de 17,4% (2019) para 34% (2023), com aceleração principalmente após 2021. Esse avanço é positivo, embora ainda abaixo da média estadual (Gráfico 8).

O estado do Pará apresentou crescimento contínuo e expressivo no percentual de escolas com acesso à internet, indo de 34,0% em 2019 para 65,6% em 2023. O desempenho superior do estado aponta para desigualdades territoriais, onde áreas mais isoladas, como Afuá e Marajó, ainda enfrentam desafios para universalização do acesso à conectividade, essencial para a inclusão digital e qualidade educacional (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Afuá x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros

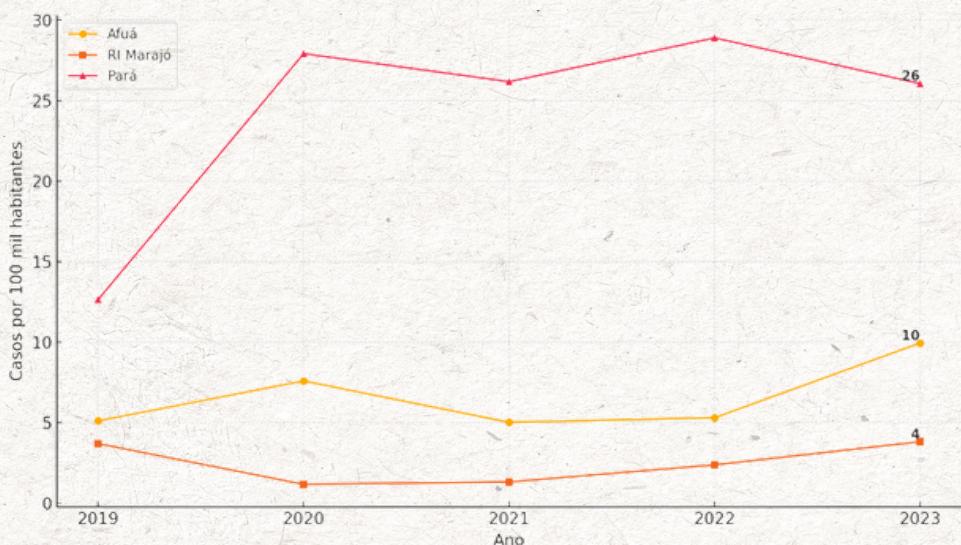


Em Afuá, o indicador oscilou entre 5,1 casos por 100 mil habitantes em 2019 e 5,2 em 2022, com queda em 2021 (5,0), e aumento expressivo em 2023, atingindo 10,0 casos. O maior valor da série foi registrado no último ano, o que indica possível agravamento da violência doméstica. Na RI do Marajó, o número manteve-se entre 3,8 em 2019 e 1,2 em 2020 e 2021, subindo para 2,4 em 2022 e fechando com 4,0 em 2023 (Gráfico 9).



No estado do Pará, a taxa saltou de 12,8 em 2019 para 28,0 em 2020, estabilizou-se em torno de 26,2 em 2021, subiu para 28,9 em 2022 e reduziu-se levemente para 26,0 em 2023. O crescimento geral estadual é marcante, contrastando com os níveis mais baixos, porém ascendentes, de Afuá. A disparidade sugere que os registros no interior podem estar subdimensionados, e que o avanço na notificação também influencia os dados (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Afuá x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 10 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

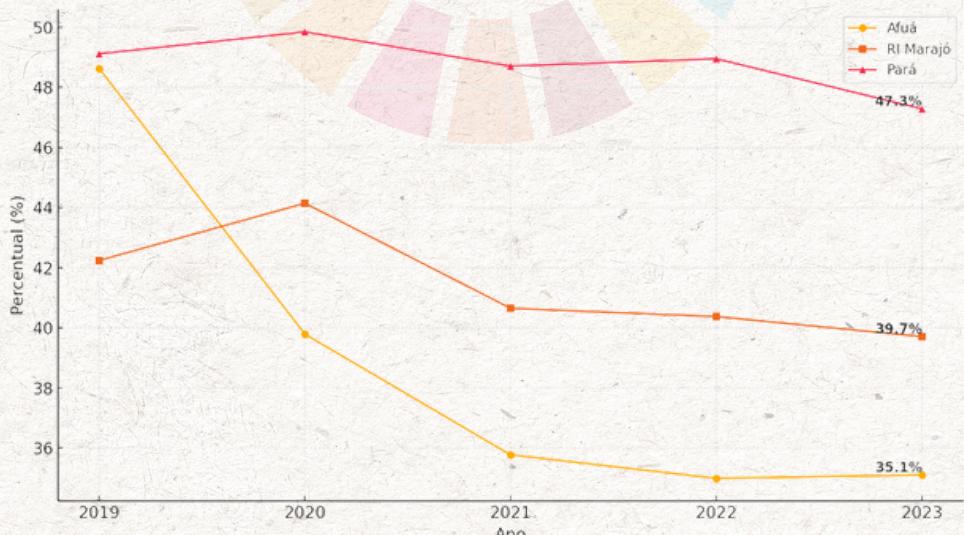
Afuá iniciou com um alto percentual de mulheres em cargos gerenciais em 2019 (48,5%), mas esse valor caiu significativamente para 39,8% em 2020, chegando ao mínimo de 34,8% em 2022, com leve alta para 35,1% em 2023. A tendência é de queda e estabilização em patamar inferior, o que pode sinalizar retrocessos em termos de equidade de gênero na liderança local. Já a RI do Marajó teve 42,3% em 2019, com leve alta em 2020 (44,2%) e redução até 39,7% em 2023 (Gráfico 10).





No Pará, o percentual manteve-se relativamente estável e elevado ao longo da série: 49,0% em 2020, 48,7% em 2021, 49,0% em 2022 e 47,3% em 2023. O estado se destaca por manter quase paridade de gênero nos cargos de gestão, enquanto Afuá apresenta uma queda de mais de 13 pontos percentuais desde 2019. A diferença territorial indica possíveis obstáculos locais no acesso das mulheres a posições de liderança (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Afuá x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 35,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

Em Afuá, o acesso da população de baixa renda à coleta de esgoto é extremamente limitado, partindo de 0% entre 2019 e 2022 e chegando apenas a 0,1% em 2023. A RI do Marajó também apresentou valores muito baixos, mantendo-se estável em 0,8% durante todo o período. Esses dados mostram um quadro persistente de exclusão socioambiental nas áreas mais vulneráveis do território (Gráfico 11).

No estado do Pará, houve melhoria contínua: 7,0% em 2019, 7,7% em 2020, 8,5% em 2021, 10,9% em 2022 e 11,5% em 2023. Apesar da evolução estadual, a situação em Afuá é crítica, com quase inexistência de infraestrutura básica de esgotamento sanitário para a população de baixa renda. A discrepância reflete desigualdade territorial no investimento em saneamento, impactando diretamente a saúde pública (Gráfico 11).

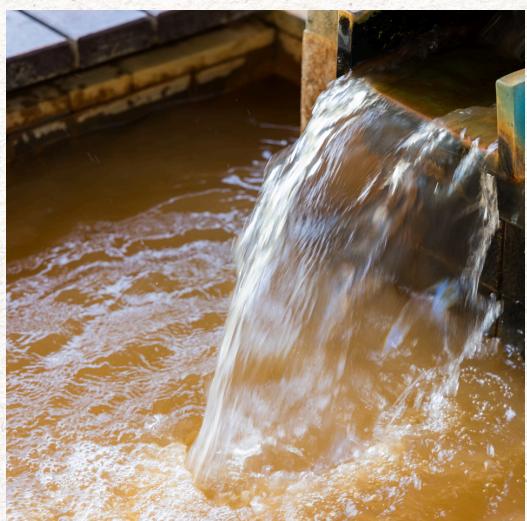
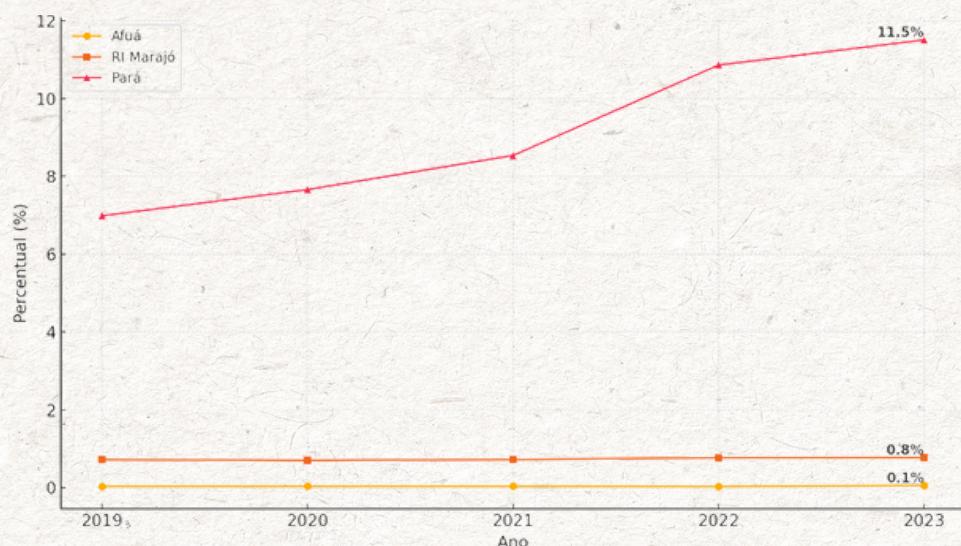




Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Afuá x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

Afuá apresentava baixos investimentos per capita em saneamento até 2021: R\$ 3 (2019), R\$ 4 (2020) e R\$ 2 (2021). A partir de 2022, houve crescimento relevante, alcançando R\$ 52 e encerrando com R\$ 90 em 2023. Esse avanço pode refletir repasses ou projetos pontuais, mas ainda não se traduziu em melhoria significativa na cobertura da coleta de esgoto, como mostram os indicadores anteriores (Gráfico 12).

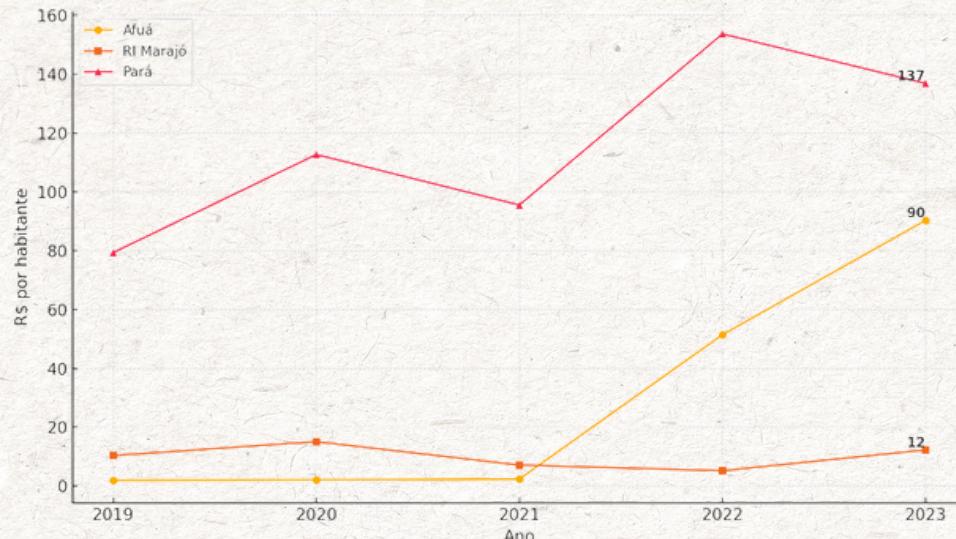
A RI do Marajó oscilou entre

R\$ 11 (2019), R\$ 15 (2020), R\$ 9 (2021), R\$ 6 (2022) e R\$ 12 (2023), sem trajetória clara de aumento. Já o estado do Pará apresentou maior volume e variação: R\$ 79 em 2019, subindo para R\$ 113 (2020), caindo para R\$ 96 (2021), subindo a R\$ 154 em 2022 e recuando a R\$ 137 em 2023. Os dados indicam que, embora Afuá tenha ampliado o investimento recente, ainda há longo caminho para alcançar impactos práticos na infraestrutura local (Gráfico 12).





Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Afuá x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 90/vHab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.



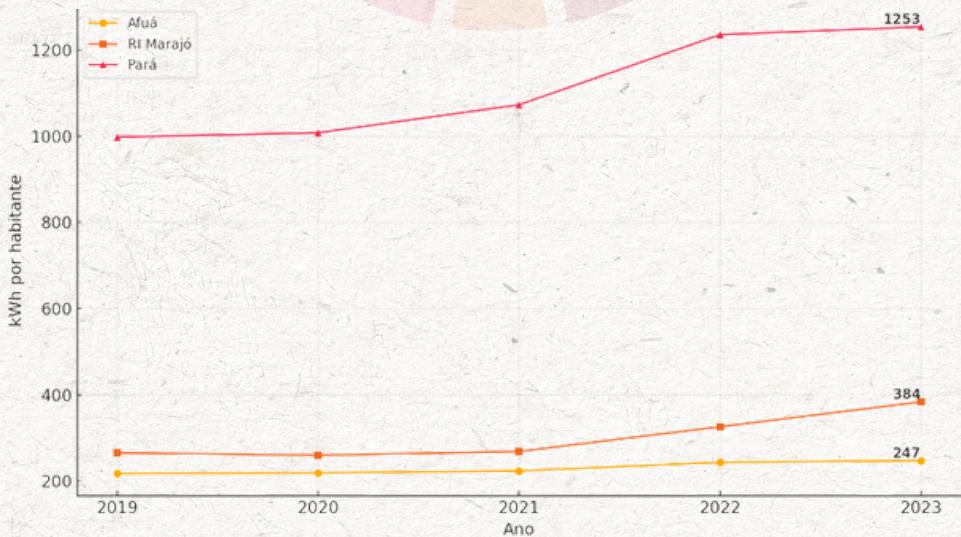
No município de Afuá, o consumo de energia elétrica per capita mostrou um crescimento moderado entre 2019 e 2023. Em 2019, o consumo era de 217 kWh/hab., mantendo-se estável em 218 kWh/hab. em 2020 e 2021. A partir de 2022, houve um aumento mais acelerado, com 235 kWh/hab., chegando a 247 kWh/hab. em 2023. Já na Região de Integração Marajó, o consumo iniciou em 266 kWh/hab. em 2019 e, após uma leve queda para 262 kWh/hab. em 2020, passou a crescer continuamente até atingir 384 kWh/hab. em 2023. Esse avanço re-



gional é mais expressivo do que o observado no município (Gráfico 13).

No estado do Pará, o consumo per capita partiu de um patamar significativamente mais alto: 999 kWh/hab. em 2019. Esse número cresceu lentamente em 2020 (1.006 kWh/hab.) e 2021 (1.077 kWh/hab.), mas saltou para 1.236 kWh/hab. em 2022, atingindo 1.253 kWh/hab. em 2023. O crescimento mais intenso no estado se concentrou nos dois últimos anos, indicando uma aceleração no consumo energético. Essa diferença de escala entre os níveis evidencia a desigualdade no acesso e uso de energia elétrica, com o Pará como um todo muito à frente de Afuá e da RI Marajó. Apesar disso, todos os recortes territoriais apresentaram trajetória de crescimento no período (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (kWh/hab.), Afuá x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 247 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

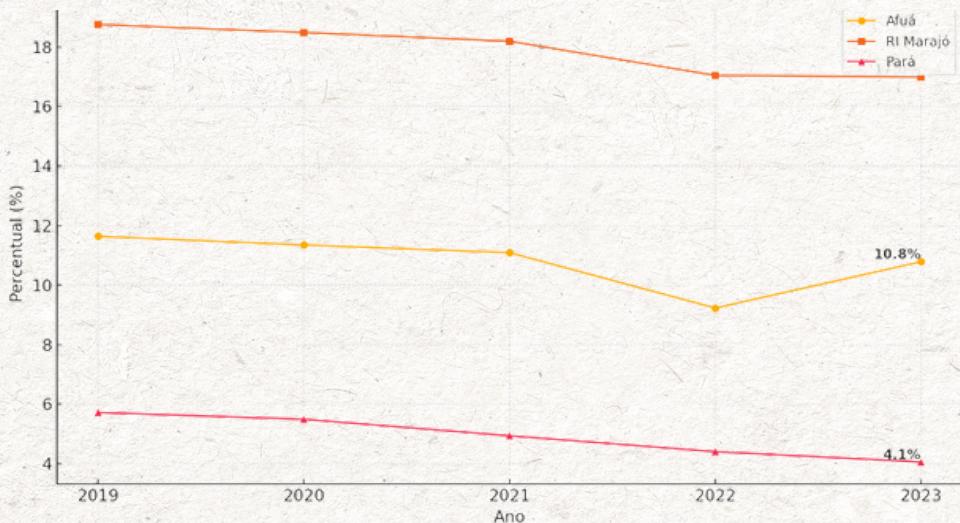
Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Em Afuá, o percentual de domicílios de baixa renda que utilizavam iluminação fóssil apresentou uma tendência geral de queda entre 2019 e 2022, mas com aumento em 2023. Em 2019, o valor era de 11,7%, caindo para 11,4% em 2020 e 11,1% em 2021. Em 2022 houve uma redução mais expressiva para 9,2%, mas o indicador voltou a subir em 2023, alcançando 10,8%. Esse movimento final contrasta com a tendência de queda nos anos anteriores, indicando possível retrocesso no acesso à eletrificação adequada no município (Gráfico 14).



Na Região de Integração Marajó, a trajetória foi de queda contínua, passando de 18,7% em 2019 para 18,4% em 2020 e 18,2% em 2021. Em 2022, a redução foi mais significativa, chegando a 17,1%, e estabilizou-se nesse mesmo patamar em 2023. Já o estado do Pará iniciou com 5,8% em 2019 e apresentou redução contínua ao longo dos anos: 5,5% em 2020, 5,0% em 2021, 4,5% em 2022 e 4,1% em 2023. Esse comportamento revela uma melhoria mais consistente no nível estadual e regional, enquanto o município de Afuá demonstrou oscilação e desigualdade persistente no acesso à iluminação elétrica formal (Gráfico 14).

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Afuá x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 10,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

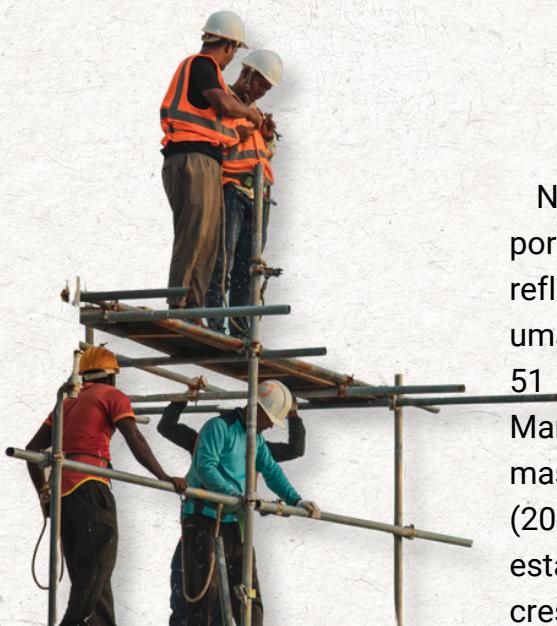


ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



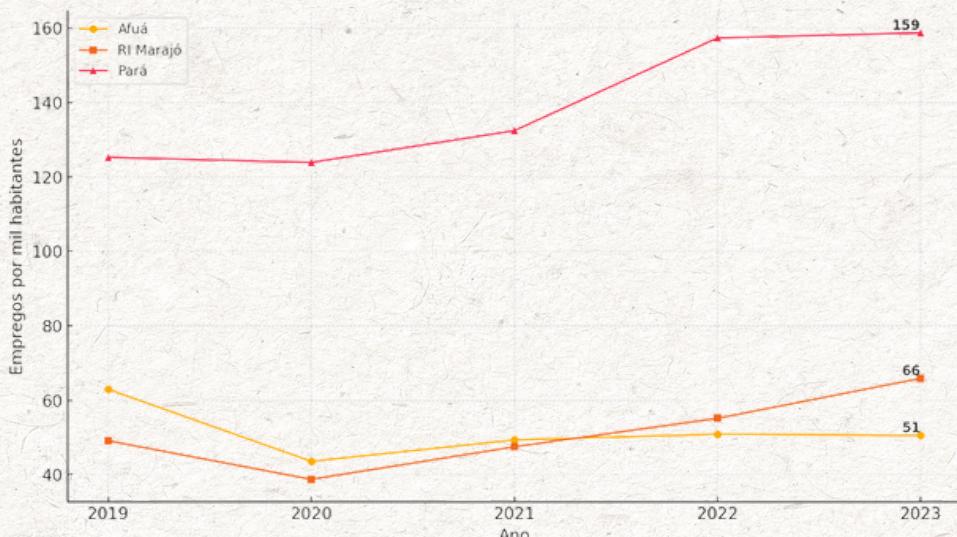
Empregos Formais por Mil Habitantes

No município de Afuá, o indicador de empregos formais por mil habitantes caiu de 63,6 em 2019 para 44,6 em 2020, refletindo os impactos da pandemia. A partir de 2021, houve uma leve recuperação para 49,1 e depois estabilização em 51 nos anos de 2022 e 2023. Já na Região de Integração Marajó, o valor foi de 49,2 em 2019, caiu para 38,5 em 2020, mas apresentou recuperação contínua: 47,9 (2021), 54,5 (2022) e 66,2 (2023). O Pará como um todo manteve estabilidade entre 2019 (125,6) e 2020 (124,1), com forte crescimento nos anos seguintes: 132,2 (2021), 157,3 (2022) e 158,9 (2023) (Gráfico 15).

Esses dados revelam que, embora Afuá tenha conseguido reverter parcialmente a queda inicial, seu desempenho em 2023 (50,5) ainda está abaixo de 2019 (63,6). A RI Marajó, por sua vez, superou o valor de 2019 em 2023, evidenciando um crescimento mais consistente no mercado de trabalho formal. O estado do Pará demonstrou o avanço mais robusto e contínuo ao longo do período, com destaque para os anos pós-pandemia. A distância entre os níveis locais e o estadual também revela desigualdades estruturais na formalização do emprego entre diferentes regiões (Gráfico 15).



Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Afuá x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 51 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita

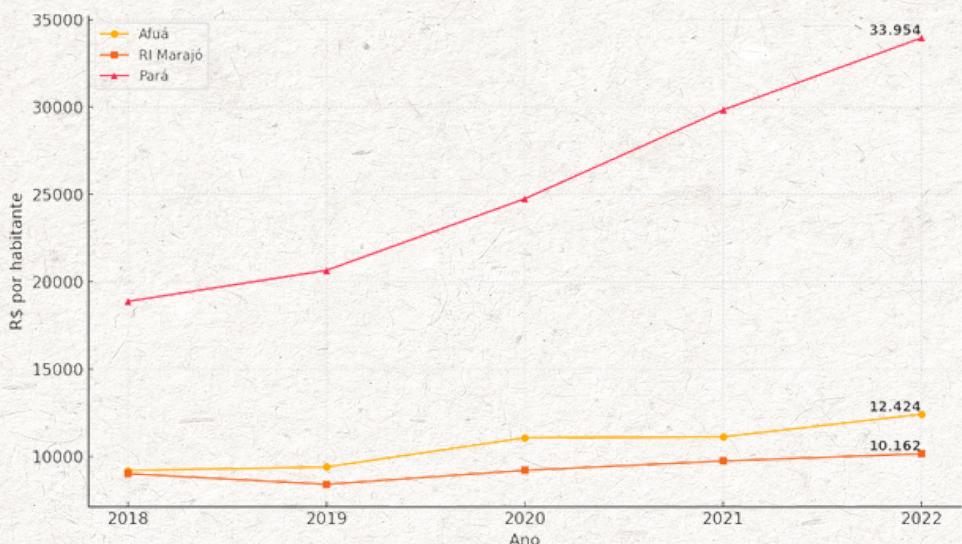
Em Afuá, o PIB per capita era de R\$ 9.191 em 2018, manteve-se estável em 2019 (R\$ 9.284), e teve um salto em 2020 para R\$ 11.256, permanecendo próximo disso em 2021 (R\$ 11.231) e aumentando novamente em 2022 para R\$ 12.424. A RI Marajó começou com R\$ 8.942 em 2018, caiu para R\$ 8.426 em 2019, mas recuperou-se gradualmente: R\$ 9.308 (2020), R\$ 9.743 (2021) e R\$ 10.162 (2022). Já o Pará cresceu fortemente ao longo do período: R\$ 18.946 (2018), R\$ 20.653 (2019), R\$ 24.737 (2020), R\$ 29.792 (2021) e R\$ 33.954 (2022) (Gráfico 16).



Nota-se que tanto Afuá quanto a RI Marajó apresentam aumentos moderados, mas abaixo do crescimento estadual. O salto do Pará em 2020 coincide com uma aceleração da mineração e exportações, o que não se refletiu com a mesma intensidade nas regiões menos industrializadas. Em termos relativos, Afuá teve um aumento de aproximadamente 35,2% no período, enquanto o Pará cresceu 79,2%, aprofundando a desigualdade de renda entre os territórios (Gráfico 16).



Gráfico 16 - PIB per capita, Afuá x RI Marajó x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 30.784/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



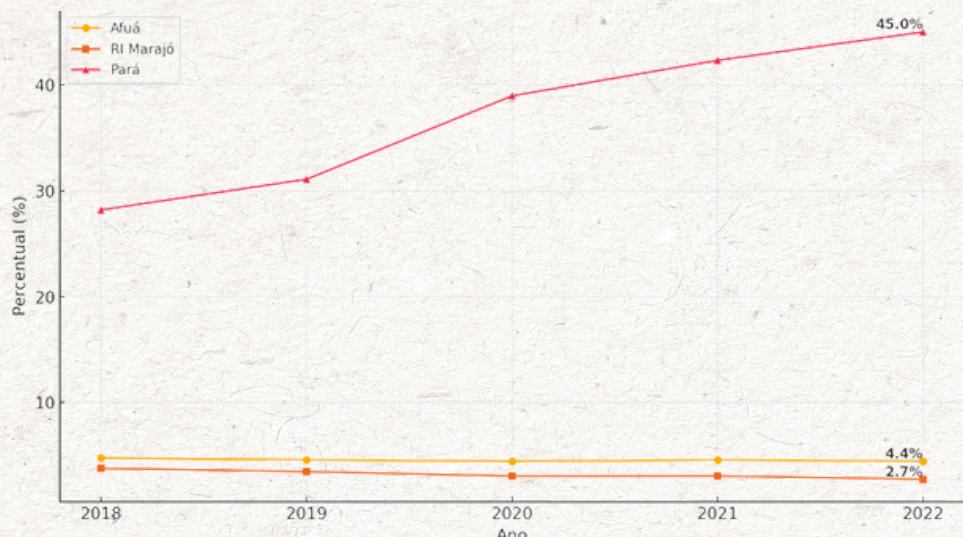
A participação da indústria no PIB de Afuá foi de 4,9% em 2018, caindo ligeiramente nos anos seguintes: 4,7% (2019), 4,6% (2020 e 2021) e 4,4% em 2022. Na RI Marajó, os percentuais foram ainda menores: 3,6% (2018), 3,4% (2019), 3,2% (2020), 3,2% (2021) e 2,7% (2022). O estado do Pará mostrou trajetória inversa, com crescimento: 28,1% (2018), 31,1% (2019), 38,7% (2020), 42,4% (2021) e 45,0% (2022) (Gráfico 17).

Afuá e a RI Marajó demonstram baixa e decrescente participação industrial, o que limita a diversificação produtiva local. Enquanto isso, o Pará teve um crescimento expressivo da indústria no PIB, com 16,9 pontos percentuais de aumento em quatro anos, refletindo a expansão de setores como mineração e transformação. Essa discrepância reforça a concentração do dinamismo econômico em polos específicos, deixando territórios como Afuá dependentes de atividades primárias e serviços públicos (Gráfico 17).





Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Afuá x RI Marajó x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Em Afuá, o número de profissionais da ciência era de 1,3 por 100 mil habitantes em 2019, caindo para 0,8 em 2020. Houve leve recuperação em 2021 (1,3) e 2022 (1,7), com expressivo crescimento em 2023, atingindo 9,0 profissionais por 100 mil. A RI Marajó também teve alta: de 9,0 (2019) para 13,0 (2023), com variações intermediárias



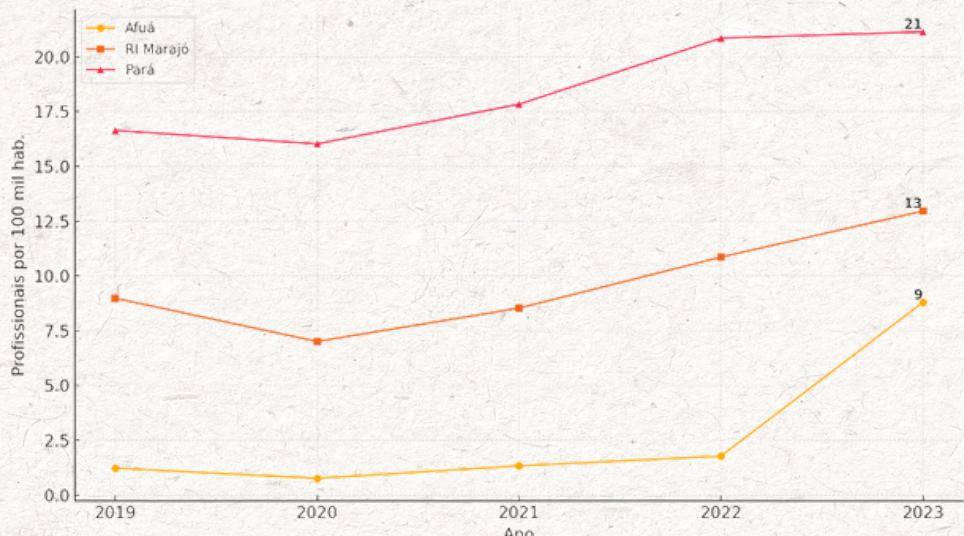
Observa-se que tanto Afuá quanto a RI Marajó apresentaram crescimento notável entre 2022 e 2023. Apesar do avanço, os valores ainda permanecem bem abaixo da média estadual. A evolução no município indica possível ampliação de vínculos formais em áreas científicas, embora a base inicial fosse bastante reduzida. O Pará manteve trajetória de crescimento contínuo após 2020, indicando expansão mais consolidada de profissionais da ciência no estado como um todo (Gráfico 18).

de 7,0 (2020), 8,4 (2021) e 10,9 (2022). Já o Pará iniciou com 16,7 (2019), teve pequena queda em 2020 (16,1) e subiu nos anos seguintes, alcançando 21,0 em 2023 (Gráfico 18).





Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Afuá x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 9 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reducir a desigualdade dentro dos países e entre eles



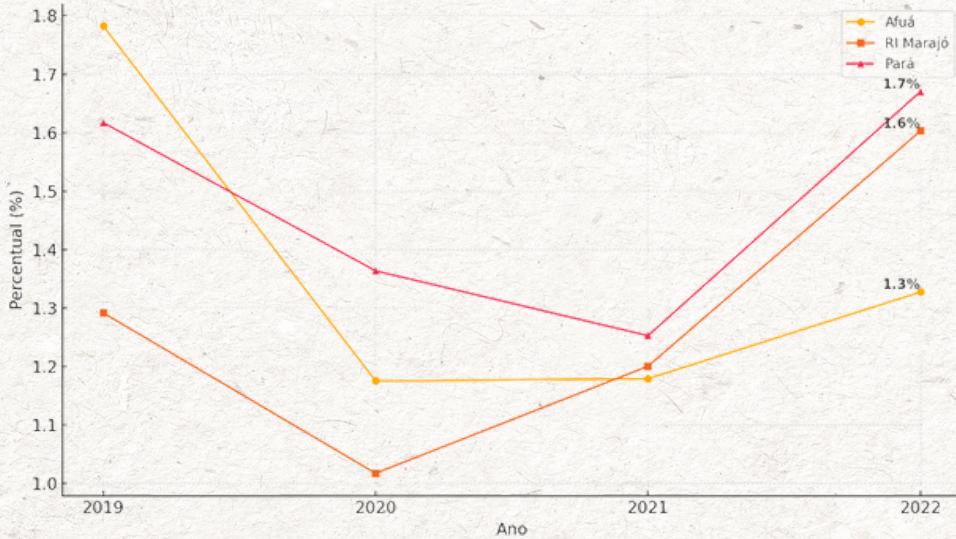


Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Em 2019, a massa salarial dos vínculos formais representava 1,79% do PIB de Afuá, caindo para 1,18% em 2020, mantendo-se praticamente estável em 2021 (1,19%) e subindo para 1,33% em 2022. A RI Marajó partiu de 1,29% em 2019, recuou para 1,01% em 2020, recuperou-se para 1,18% em 2021 e subiu mais fortemente em 2022, alcançando 1,60%. Já o Pará iniciou com 1,61% (2019), caiu até 1,25% (2021), e depois cresceu para 1,70% em 2022 (Gráfico 19).

A trajetória dos três níveis territoriais mostra um padrão comum: queda em 2020, estabilização em 2021 e recuperação em 2022. Essa tendência reflete os impactos da pandemia no mercado formal e a retomada econômica subsequente. A recuperação mais robusta da RI Marajó em relação a Afuá evidencia maior dinamismo salarial regional. Apesar da melhoria recente, os percentuais continuam baixos, indicando espaço para políticas de valorização do trabalho formal frente à economia total (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Afuá x RI Marajó x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

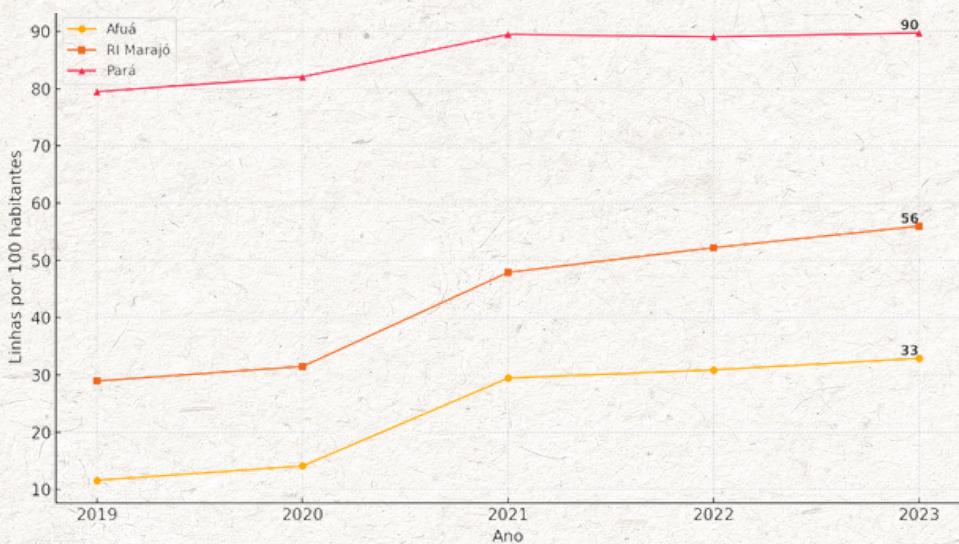
O município de Afuá apresentou crescimento significativo no acesso à telefonia móvel, passando de 11 linhas por 100 habitantes em 2019 para 33 em 2023. A maior elevação ocorreu entre 2020 (14) e 2021 (30), indicando possível expansão da infraestrutura ou aumento da demanda. A Região de Integração (RI) Marajó cresceu de 29 para 56 linhas no mesmo período, também com maior variação entre 2020 (32) e 2021 (48). Já o Pará apresentou crescimento mais gradual: de 79 (2019) para 90 (2023) (Gráfico 20).

Apesar do progresso, Afuá permanece com acesso bem inferior à média estadual, com uma diferença de 57 linhas por 100 habitantes em 2023. A RI Marajó reduziu essa distância, mas ainda se mantém abaixo da média paraense. Esses dados revelam desigualdade persistente no acesso à telefonia, especialmente em áreas mais isoladas como Afuá. Ainda assim, a evolução positiva pode indicar avanços em políticas de conectividade nos últimos anos (Gráfico 20).





Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Afuá x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 33 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

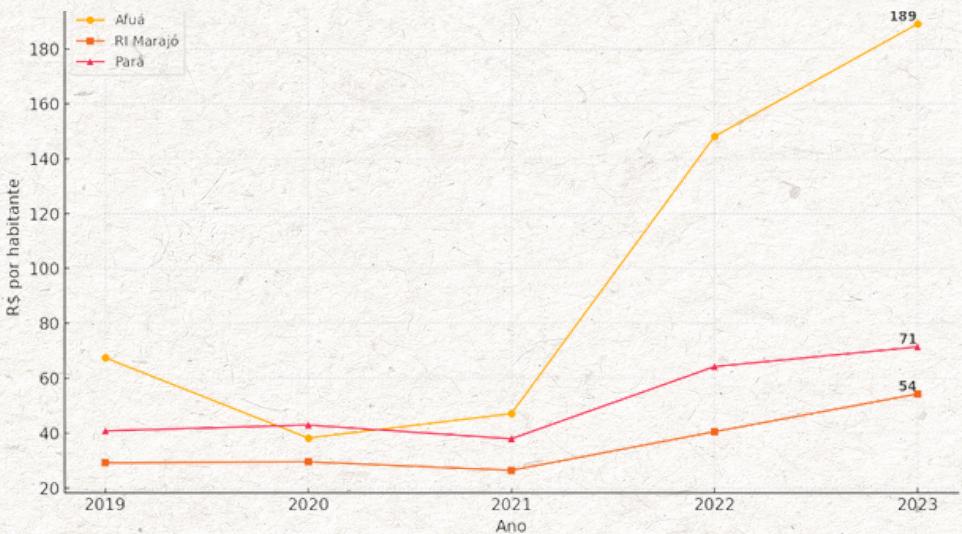
Afuá iniciou o período com R\$ 67 por habitante em 2019, sofreu queda em 2020 (R\$ 38) e 2021 (R\$ 48), mas teve aumento expressivo em 2022 (R\$ 148) e 2023 (R\$ 189). A RI Marajó manteve baixos níveis até 2021, variando de R\$ 29 a R\$ 26, antes de crescer para R\$ 40 (2022) e R\$ 54 (2023). O estado do Pará oscilou de R\$ 41 (2019) para R\$ 71 (2023), com crescimento contínuo a partir de 2021 (Gráfico 21).

Afuá destacou-se em 2023 como o munici-

cípio com maior investimento per capita no indicador, superando em muito os demais níveis territoriais. O crescimento pode refletir ações pontuais de fomento à cultura ou políticas ambientais locais mais robustas. A RI Marajó apresenta evolução mais modesta, mas consistente. O Pará, embora cresça, mantém valores relativamente baixos, o que sinaliza espaço para ampliação do financiamento em áreas culturais e ambientais (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Afuá x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 189/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93/hab. Portanto, a meta foi alcançada.

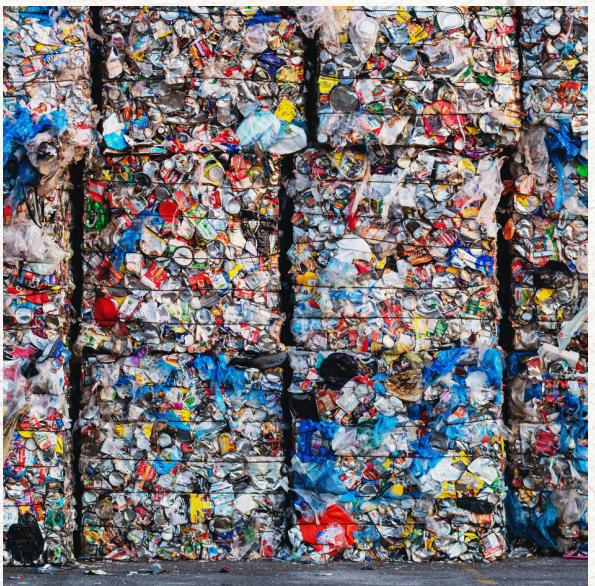
Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao ODS 12: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.





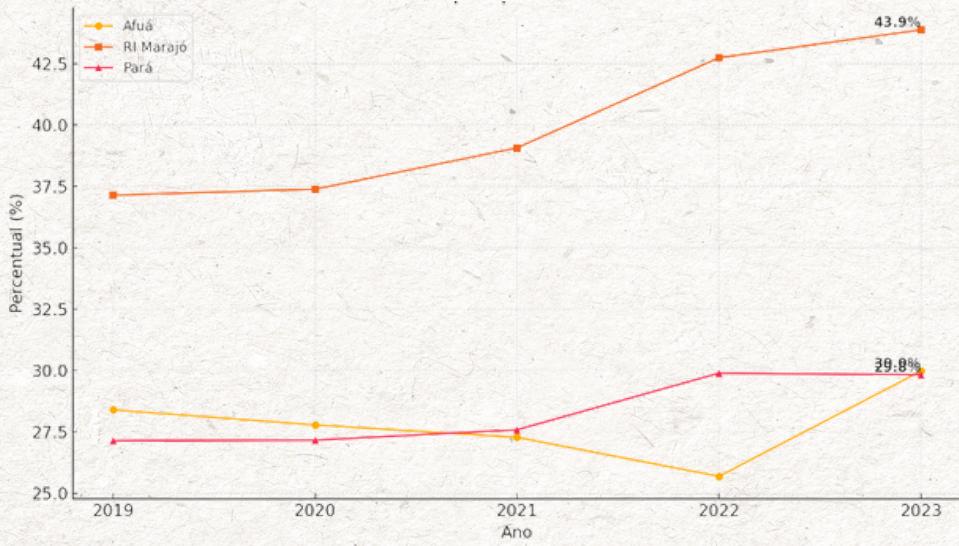
Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

No Pará, o percentual caiu de 28,4% em 2019 para 25,6% em 2022, voltando a subir em 2023 para 29,8%. A RI Marajó iniciou com 37,1% (2019), manteve estabilidade até 2020 (37,4%), e depois apresentou crescimento contínuo até 2023, quando atingiu 43,9%. Em Afuá oscilou entre 27,1% (2019), 27,2% (2020), 27,5% (2021) e 30% (2023), com leve aumento ao longo do período (Gráfico 22).

Os dados mostram que Afuá teve relativa

melhora até 2022, mas voltou ao patamar inicial em 2023. Já a RI Marajó apresenta piora acentuada, indicando possível agravamento na cobertura da coleta de lixo. O crescimento estadual também é preocupante, mesmo que em menor intensidade. O indicador revela persistência de práticas ambientalmente inadequadas e a necessidade de ampliar os serviços de saneamento e resíduos sólidos, sobretudo para populações vulneráveis (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Afuá x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 30%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



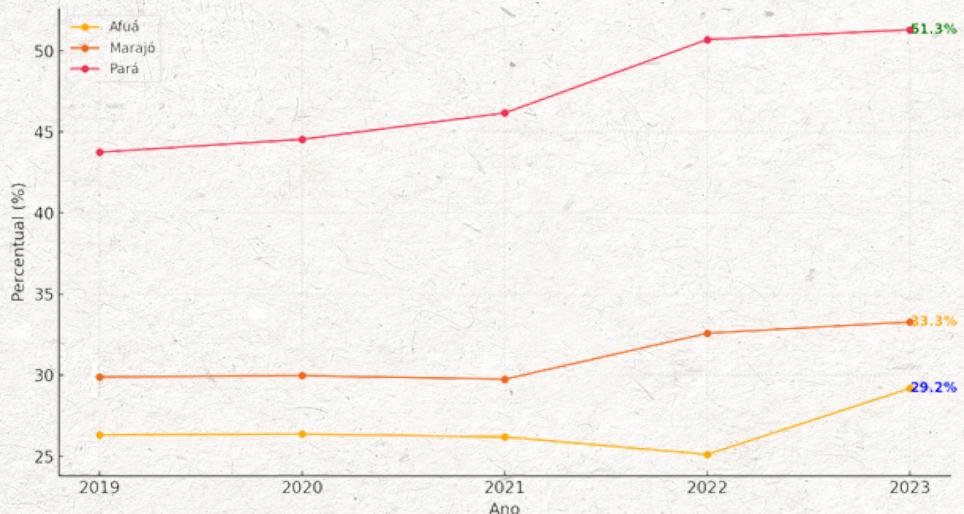
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Em Afuá, o percentual manteve-se em torno de 26,3% entre 2019 e 2021, caiu para 25,0% em 2022, e subiu novamente para 29,2% em 2023. Na RI Marajó, o índice oscilou entre 29,9% (2019), 30,0% (2020), 29,8% (2021), e cresceu para 33,3% em 2023. O Pará partiu de 43,9% em 2019, avançando para 51,3% em 2023, com elevação constante ao longo dos anos (Gráfico 23).

Esse cenário revela estagnação ou retroces-

so nos níveis de saneamento básico para a população de baixa renda. Afuá, embora tenha mantido percentuais relativamente estáveis, teve piora recente. A RI Marajó e o estado do Pará apresentam tendência de crescimento contínuo no uso de fossas rudimentares, o que reforça as desigualdades territoriais no acesso a sistemas sanitários adequados. É um sinal de alerta para políticas públicas voltadas à universalização do saneamento (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Afuá x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 33,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima).

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.



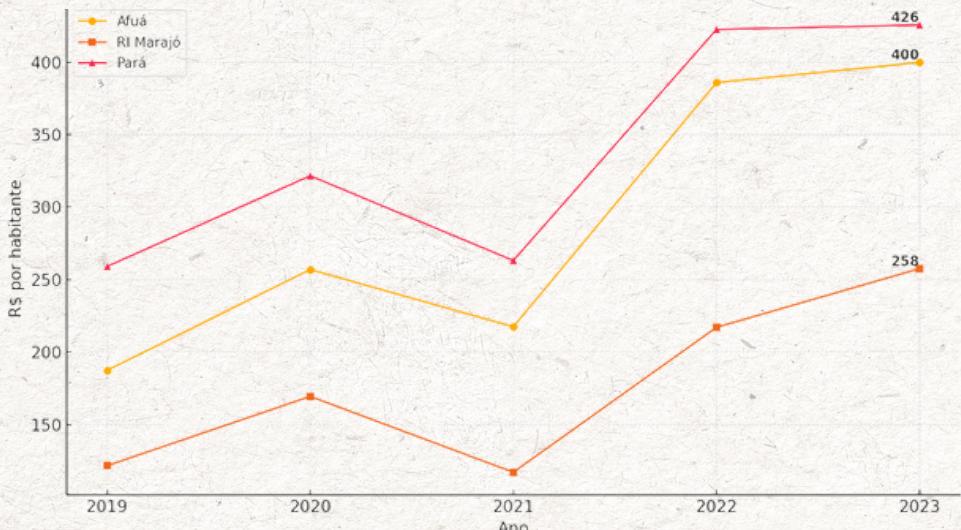
Gastos per capita com prevenção de desastres

O município de Afuá iniciou com gasto per capita de R\$ 189 em 2019, subindo para R\$ 256 em 2020, recuando em 2021 para R\$ 219. Em 2022 houve crescimento expressivo para R\$ 386 e, em 2023, alcançou R\$ 400. A RI Marajó teve aumento de R\$ 121 (2019) para R\$ 169 (2020), caindo para R\$ 119 em 2021 e crescendo para R\$ 258 em 2023. Já o Pará partiu de R\$ 258 em 2019, atingindo R\$ 322 em 2020, recuando para R\$ 263 em 2021 e depois subindo para R\$ 426 em 2023 (Gráfico 24).



A tendência dos três níveis territoriais revela variações semelhantes, com quedas em 2021 e crescimento acentuado após esse ano. Afuá demonstra esforço fiscal mais consistente em prevenção de desastres, com valores acima da média estadual em 2023. A RI Marajó ainda permanece com nível inferior, mas mostra avanço contínuo desde 2021. O crescimento geral pode estar associado à intensificação de eventos climáticos e ações preventivas regionais. Os dados reforçam a importância da manutenção desses investimentos, sobretudo em áreas vulneráveis (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres,
Afuá x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 400/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS14 VIDA NA ÁGUA

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14: Despesa per capita com preservação aquática**.

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.



Despesa per capita com preservação aquática

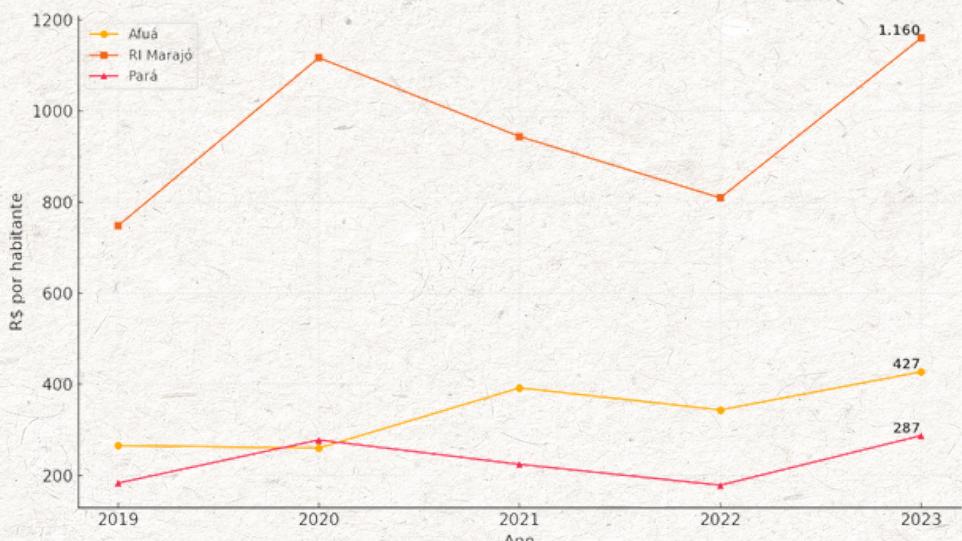
Afuá manteve gasto estável em 2019 e 2020 (R\$ 268 e R\$ 267), crescendo para R\$ 389 em 2021, recuando para R\$ 351 em 2022 e atingindo R\$ 427 em 2023. A RI Marajó começou com R\$ 752, saltou para R\$ 1.120 em 2020, recuou para R\$ 938 em 2021, e após nova queda em 2022 (R\$ 811), voltou a crescer em 2023 para R\$ 1.160. Já o Pará iniciou com R\$ 181 (2019), subindo para R\$ 280 em 2020, e encerrando o período com R\$ 287 em 2023 após oscilações (Gráfico 25).

A RI Marajó apresenta o maior volume de recursos investidos na preservação aquática

em todos os anos, indicando atenção especial à gestão dos corpos d'água na região. Afuá mostra trajetória de crescimento mais moderada, porém consistente. O Pará tem evolução tímida, com os menores valores per capita entre os três níveis. A diferença de investimentos sugere políticas locais diferenciadas, com destaque para Marajó, cuja dependência de recursos hídricos pode justificar esse perfil. É essencial manter e ampliar esse tipo de despesa em áreas ecologicamente sensíveis (Gráfico 25).



Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Afuá x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 427/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.



Percentual da Área de Floresta em relação à área total

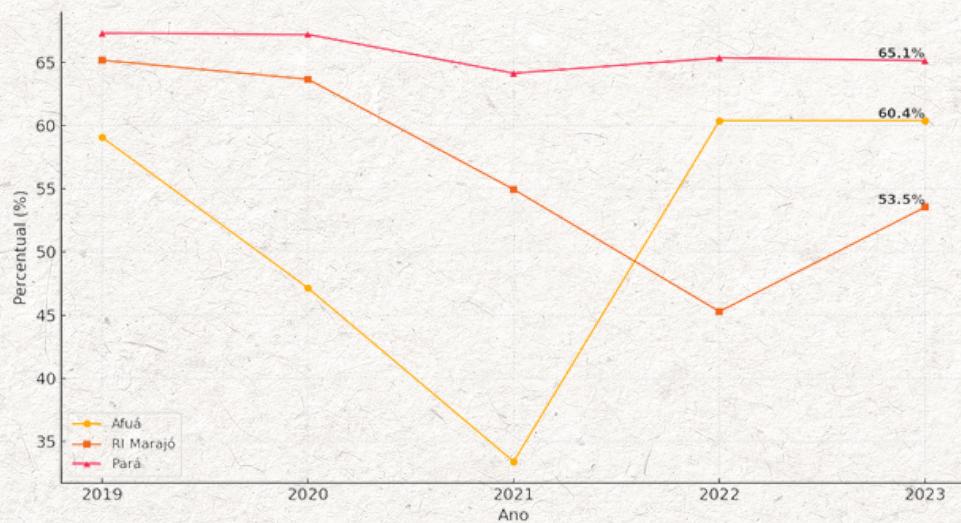
Em Afuá, o percentual da área florestal caiu de 59,2% (2019) para 47,0% (2020) e atingiu o mínimo em 2021 com 33,3%. A recuperação foi significativa em 2022, com salto para 60,6%, mantendo-se em 2023 com 60,4%. Na RI Marajó, o índice também caiu de 65,1% (2019) para 54,9% (2021), atingindo o valor mais baixo em 2022 (45,5%) e subindo em 2023 para 53,5%. O estado do Pará teve maior estabilidade: partiu de 66,7% (2019) e encerrou com 65,1% (2023) (Gráfico 26).

Afuá demonstrou forte oscilação na preservação florestal,

com perdas abruptas seguidas de rápida recuperação. A RI Marajó, embora também tenha se recuperado, manteve um patamar final inferior ao inicial, sugerindo maior dificuldade de recomposição. O Pará, por sua vez, manteve percentuais relativamente estáveis ao longo do tempo. Esses dados indicam que a cobertura florestal no estado tem resistido melhor do que em algumas regiões específicas. Contudo, oscilação brusca em Afuá revela vulnerabilidade do território frente à pressão antrópica ou falhas no monitoramento (Gráfico 26).



**Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total,
Afuá x RI Marajó x Pará (2019-2023)**



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 60,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Percentual da Área Desmatada em relação à área total

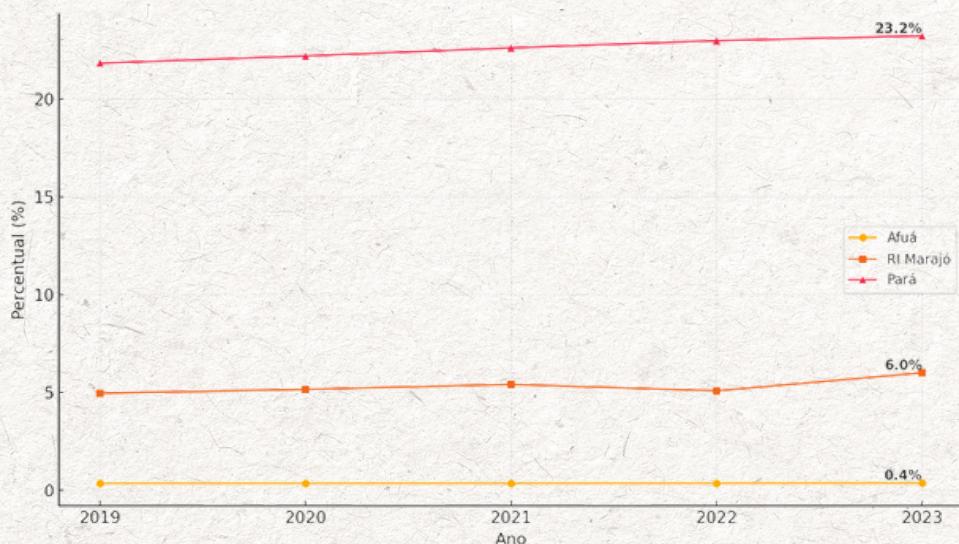
Afuá apresentou um percentual estável de área desmatada ao longo do período, com apenas 0,4% em todos os anos de 2019 a 2023. A RI Marajó teve crescimento gradual, partindo de 4,9% (2019), alcançando 5,2% (2021) e encerrando com 6,0% em 2023. Já o estado do Pará mostrou aumento contínuo: de 21,8% (2019) para 23,2% (2023), com elevação constante ano após ano (Gráfico 27).

Enquanto Afuá se destaca pela baixíssima taxa de desmatamento, a RI Marajó e o Pará apresentam tendências

crescentes que demandam atenção. O crescimento na RI é moderado, mas persistente, podendo indicar avanço sobre áreas anteriormente preservadas. O cenário estadual é o mais preocupante, com mais de um quinto do território comprometido até 2023. A estabilidade de Afuá pode estar relacionada a restrições geográficas ou políticas locais eficazes. Ainda assim, a tendência regional aponta para desafios na contenção do desmatamento, exigindo ações coordenadas de fiscalização e educação ambiental (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Afuá x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

No município de Afuá, o indicador manteve-se estável entre 2019 e 2022 com 5 casos por 100 mil habitantes, subindo levemente para 7 em 2023. A Região de Integração Marajó apresentou forte queda no mesmo período: de 147 em 2019 para 115 (2020), 85 (2021), 60 (2022) e 42 em 2023. O estado do Pará seguiu uma tendência semelhante de redução: partiu de 39 casos em 2019, baixando para 31 (2020), 24 (2021), 17 (2022) e 11 em 2023 (Gráfico 28).

Afuá, embora tenha valores bastante inferiores em relação à RI e ao estado, registrou uma

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

leve alta recente, contrastando com a tendência geral de queda. A RI Marajó teve uma redução de 105 pontos em cinco anos, representando um avanço expressivo no combate ao trabalho infantil. O Pará também apresentou melhora contínua e consistente. Isso pode indicar o sucesso de políticas públicas e campanhas de conscientização em nível estadual e regional. O caso de Afuá sugere a necessidade de atenção localizada para evitar uma possível reversão dessa tendência positiva (Gráfico 28).

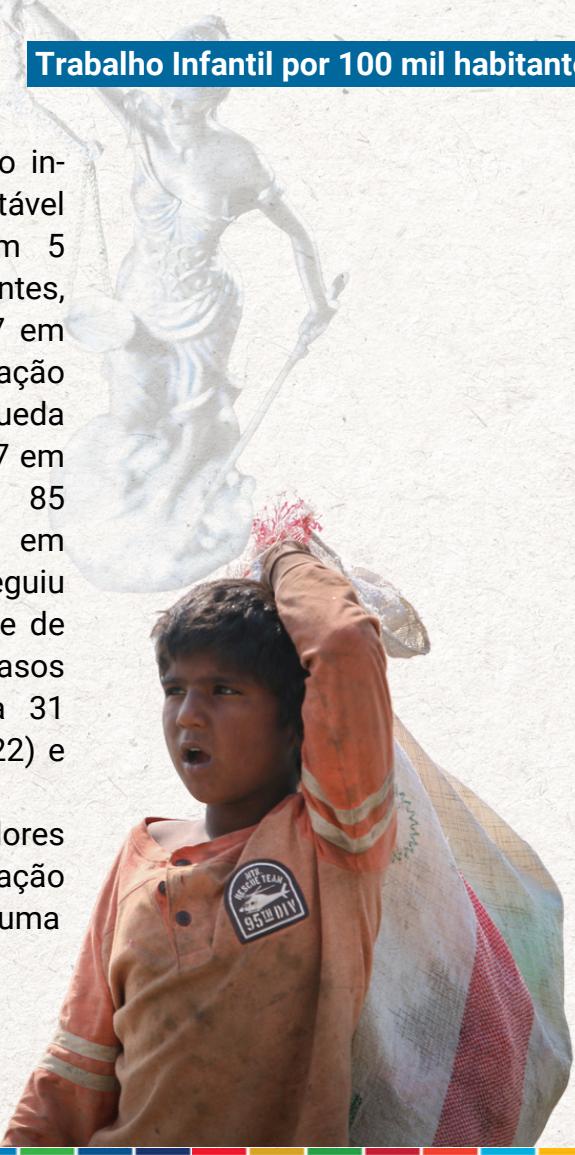
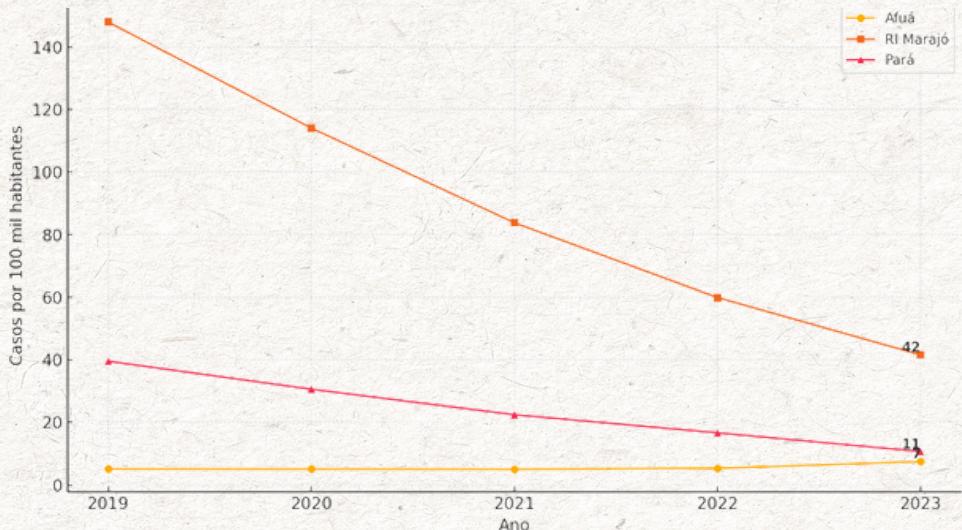




Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Afuá x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 7 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

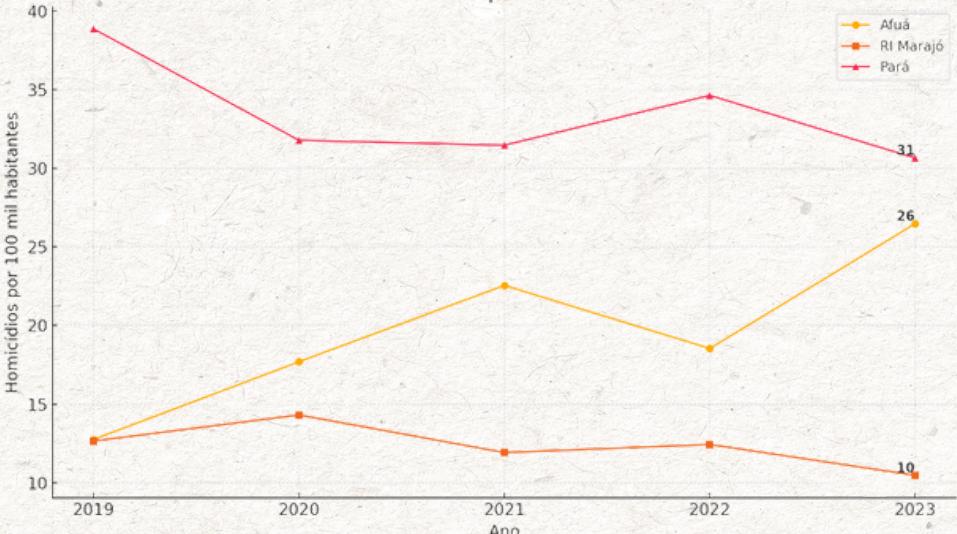
Em Afuá, a taxa de homicídios cresceu de 13 em 2019 para 18 (2020), atingiu 22 (2021), caiu ligeiramente para 19 (2022) e saltou para 26 em 2023. Já a RI Marajó teve valores mais estáveis, começando em 13,3 (2019), subindo para 14,4 (2020), caindo para 12,2 (2021), mantendo 12,6 (2022) e encerrando com 10,4 em 2023. O estado do Pará iniciou com um patamar elevado de 38,8 (2019), caiu para 31,7 (2020), manteve-se próximo de 31 até 2023 (Gráfico 29).

Afuá apresenta tendência de crescimento

da violência letal, com a taxa mais alta da série registrada em 2023, superando inclusive a média estadual pela primeira vez desde 2019. Em contrapartida, tanto a RI Marajó quanto o estado do Pará conseguiram reduzir suas taxas ao longo do período. A discrepância aponta para possíveis fragilidades locais em segurança pública ou conflitos específicos. A situação de Afuá exige resposta direcionada, considerando seu agravamento em contraste com o cenário estadual mais controlado (Gráfico 29).



Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Afuá x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 26 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.





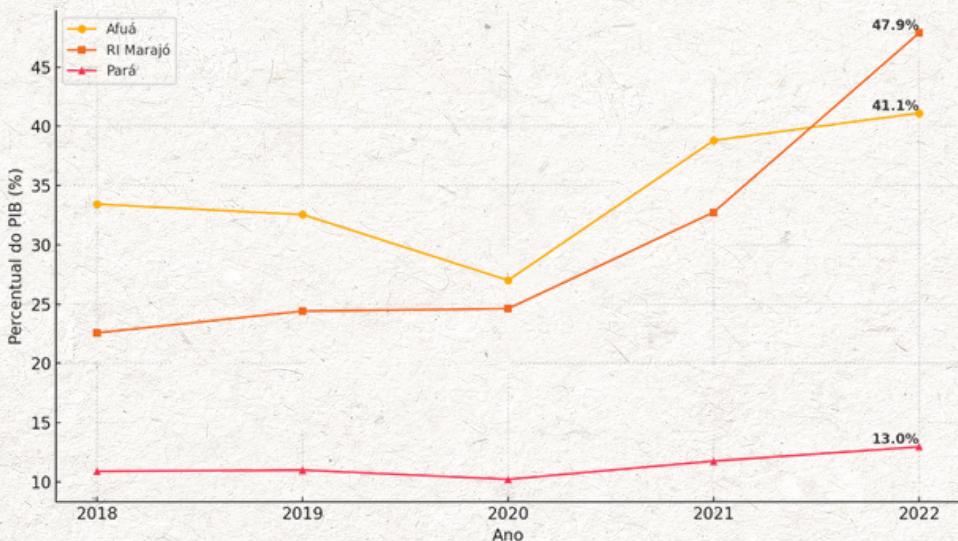
Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

O município de Afuá iniciou com um gasto público equivalente a 33,6% do PIB em 2018, mantendo valor similar em 2019 (32,8%). Em 2020, houve queda para 27,0%, seguida de uma recuperação expressiva para 38,9% em 2021 e nova elevação em 2022, atingindo 41,1%. A RI Marajó também cresceu de 22,6% (2018) para 24,4% (2020), depois para 32,7% (2021) e, por fim, chegou a 47,9% em 2022 ultrapassando Afuá. O estado do Pará, por sua vez, partiu de 10,8% em 2018 e encerrou em 2022 com 13,0% (Gráfico 30).

O comportamento de Afuá e da RI Marajó in-

dica tendência de elevação da presença do setor público nas economias locais, com destaque para o crescimento após 2020. Em contraste, o estado do Pará apresentou variações discretas, mantendo um patamar estável e bem inferior ao das escala municipal e regional. A forte elevação na RI entre 2021 e 2022 sugere uma expansão significativa de gastos municipais, possivelmente vinculada a transferências intergovernamentais ou aumento do orçamento local. Esse crescimento proporcional pode sinalizar maior dependência do setor público para sustentar a economia nesses territórios (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Afuá x RI Marajó x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 41,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta foi alcançada.



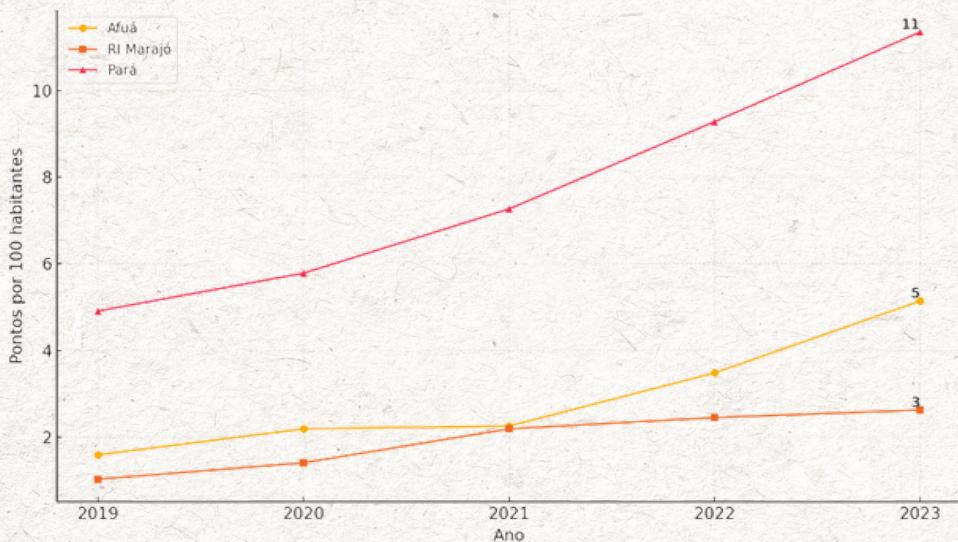
Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Em Afuá, a taxa de acesso passou de 1,6 pontos por 100 habitantes em 2019 para 2,2 em 2020, mantendo esse patamar em 2021. A partir de 2022, houve aceleração: 3,5 pontos em 2022 e 5,0 em 2023, totalizando um crescimento de 212% no período. A RI Marajó iniciou com 1,0 ponto em 2019 e alcançou 3,0 pontos em 2023, com elevação mais linear. Já o estado do Pará teve desempenho mais robusto: partiu de 4,9 pontos (2019), subiu para 7,3 (2021), 9,2 (2022) e alcançou 11,0 em 2023 (Gráfico 31).

Apesar da evolução positiva, Afuá ainda apre-

senta um acesso reduzido à banda larga fixa em relação à média estadual, com diferença de 6 pontos em 2023. A RI Marajó segue padrão semelhante, mas se mantém abaixo de Afuá nos anos finais. O Pará como um todo mostra avanço consistente, possivelmente refletindo investimentos estruturais e políticas de inclusão digital. A desigualdade no acesso entre as regiões evidencia limitações de infraestrutura e conectividade que ainda persistem nas áreas mais remotas, como o arquipélago do Marajó. Esses dados reforçam a importância de ações específicas de expansão da rede de telecomunicações (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Afuá x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

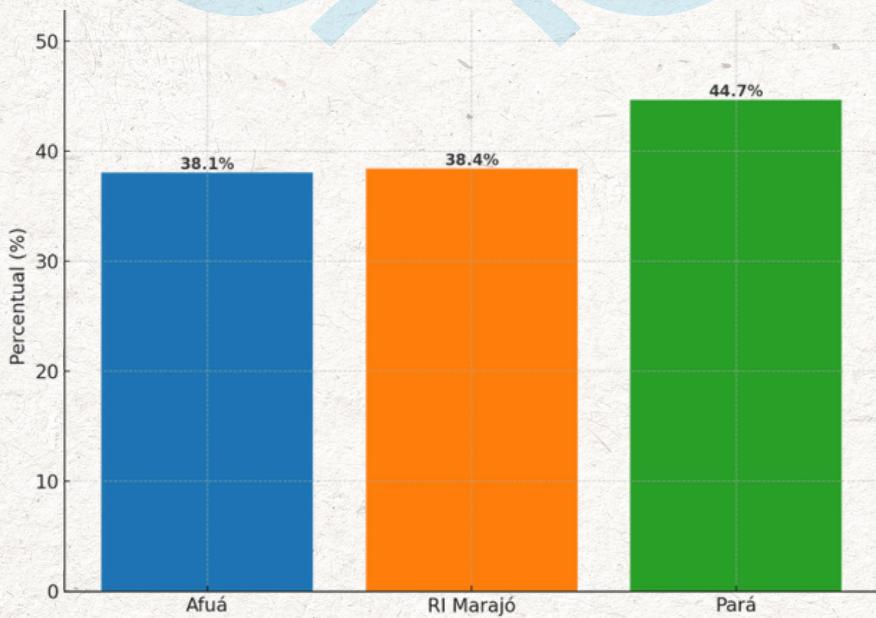
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de Afuá registrou um IDS de **38,1%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Afuá x RI Marajó x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais.** In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades.** Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposita por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução descentralizada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



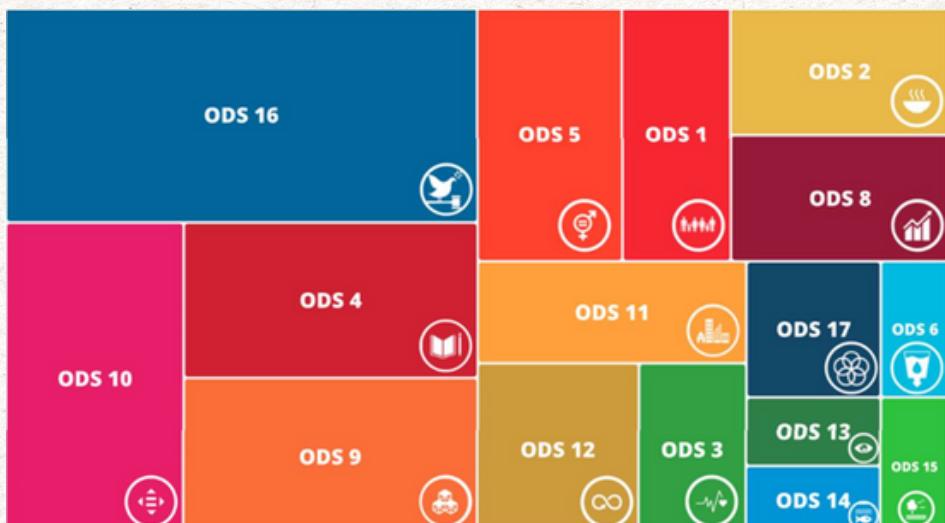
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descontina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregadas e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcos de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.



Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletrônicos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisectorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Afuá na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Afuá e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abranger novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes do modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas. Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparéncia e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

